

INSTITUTO DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS – IRELGOV

Curso sobre “Política Externa como Política Pública no Brasil”

1. Objetivo Geral

Aprofundar a compreensão da política externa brasileira como um processo de política pública, destacando o envolvimento de múltiplos atores e interesses. Analisar a influência de atores domésticos, como a sociedade civil, empresas, entidades políticas subnacionais, e as burocracias do governo nacional na formulação e implementação da política externa. Sistematizar os principais mecanismos de interação entre os níveis doméstico e internacional, avaliando os graus de dependência da política externa brasileira como alternativa, discutindo casos exemplares em diversas áreas temáticas. Por fim, o estabelecimento de tendências e cenários futuros, com foco nos desafios e oportunidades para profissionais de Relações Governamentais (RelGov)..

2. Público Alvo

Graduados em Ciência Política, Relações Internacionais, Direito, Ciências Sociais e áreas correlatas, e profissionais atuantes em Relações Governamentais (RelGov).

3. Professor

Professor Frederico Seixas Dias, Doutor em Relações Internacionais (Universidade de Brasília/Harvard University), Coordenador Acadêmico das Graduações em Administração e Ciências Econômicas da Faculdade Ibmec de Brasília. Pesquisador e contribuinte frequente de mídias jornalísticas nas áreas de Teoria das Relações Internacionais e História do Pensamento Político Internacional, Análise da Política Mundial Contemporânea, Política Externa dos Estados Unidos da América e Política Externa do Brasil.

4. Metodologia

A primeira aula introduz o curso e apresenta os conceitos e concepções principais que guiam o curso. Em seguida, 2 aulas abordam diferentes temas, atores, agendas e relações de poder, a partir da exploração de literatura especializada, focada na análise de casos relevantes. Por fim, uma aula conclusiva propõe diálogos com/entre os alunos, identificando possíveis problematizações de interesse no grupo, terminando com a exploração de diferentes cenários para o futuro da atuação profissional de RelGov junto aos processos de formulação e execução da política pública que é a política externa brasileira.

5. Carga Horária

Carga horária de 8 (oito) horas, 4 aulas de 2 horas cada, todas síncronas, online.

6. Data

Os encontros virtuais e ao vivo acontecerão às segundas, nos dias 08/06, 15/06, 22/06 e 29/06, das 19h às 21h.. O IRELGOV enviará o link de acesso às aulas com, até, 24 horas de antecedência por meio do e-mail cadastrado na inscrição.

7. Programação

Aula 1: Introdução à Política Externa como Política Pública

Objetivos Específicos:

Definir a política externa como política pública, explorando suas implicações teóricas e práticas. Serão apresentados os modelos de análise da política externa (racional, burocrático, pluralista) e discutida a evolução da política externa brasileira, desde o isolamento do Itamaraty até a pluralização e a “sombra da hierarquia” [6].

Conteúdo Programático:

- Conceitos de Política Externa e Política Pública: intersecções e distinções.
- Atores e Processos na Formulação: Estado, sociedade civil e setor privado.
- A evolução institucional: do monopólio burocrático à governança em rede [3].
- O papel do Itamaraty e da Presidência como gatekeepers na “sombra da hierarquia” [4]

Sugestões de Leitura:

- Básica: [4] CARDOSO, D. From centralisation to fragmentation and back again: the role of non-state actors in Brazil’s transformed foreign policy. *Third World Quarterly*, v. 40, n. 10, 2019.
- Complementar: [9] MAITINO, M. Issue Area and Pluralization In Brazilian Foreign Policy: an Exploratory Study of Decision-Making Processes in the Fernando Henrique Cardoso Government. *Dados*, v. 67, n. 4, 2023. [3] CARDOSO, D. Network governance and the making of Brazil’s foreign policy towards China in the 21st century. *Contexto Internacional*, v. 38, 2016.

Aula 2: O Agronegócio e a Política Externa Comercial

Objetivos Específicos:

Analisar a influência do agronegócio como o ator doméstico mais sistemático na política externa brasileira. Compreender a formação de coalizões público-privadas e redes de influência em negociações comerciais internacionais.

Conteúdo Programático:

- Agronegócio como ator sistemático e a rede de políticas agroexportadoras [13]..

- Casos Exemplos: Rodada Doha da OMC e a formação do G-20 agrícola [5].
- Lobby legislativo: O papel da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) [8].
- Assimetrias de participação: agronegócio vs. agricultura familiar [12].

Sugestões de Leitura:

- **Básica:**

[13] SØNDERGAARD, N.; SILVA, R. Reshaping the policy arena: how the agro-export policy network propelled Brazil within global agricultural governance. *World Trade Review*, v. 19, n. 4, p. 550-566, 2020.

- **Complementar:**

[8] GONÇALVES, F. C. I. et al. Representing Agribusiness Interests in Brazilian Foreign Policy: The Role of the Parliamentary Agricultural Front (FPA) Between 2015 and 2022. *Brazilian Political Science Review*, v. 19, 2025.

[5] CARVALHO, M. Condicionantes internacionais e domésticos: o Brasil e o G-20 nas negociações agrícolas da Rodada Doha. *Dados*, v. 53, n. 2, 2010.

[12] SILVA, R. O papel das coalizões de defesa da agricultura nas agendas da política comercial externa brasileira. *Encuentro Latinoamericano ELA*, 2016.

Aula 3: Meio Ambiente/Clima e o Comércio Internacional

Objetivos Específicos:

Examinar a arena de contestação entre o agronegócio, comunidades epistêmicas e ONGs na política ambiental externa. Discutir o impacto das narrativas e do enquadramento (framing) nas negociações internacionais.

Conteúdo Programático:

- O agronegócio como “veto player” no Acordo UE-Mercosul [6]
- Disputas narrativas: Storylines do agronegócio vs. exigências de sustentabilidade [2].
- Influência de comunidades epistêmicas e academia na formulação das NDCs (COP21) [1]
- Assimetrias de participação: agronegócio vs. agricultura familiar [12].

Sugestões de Leitura:

- **Básica:**

[6] DEL PUPO, E. Trade, sustainability, and agribusiness: Brazilian interest groups in EU-Mercosur negotiations. *Globalizations*, v. 22, n. 6, 1123, 2025.

- **Complementar:**

[1] ALVES, E. et al. Do non-state actors influence climate change policy? Evidence from the Brazilian nationally determined contributions for COP21. *Journal of Politics in Latin America*, v. 14, n. 1, 2022.

[2] AMORIM, B. E. et al. Brazil's foreign policy, the environmental agenda, and the agribusiness storylines. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 2, 2023.

[11] SIEBENEICHLER, A. O latifúndio como formulador de política externa e o desmonte de políticas ambientais. *Revista Neiba*, v. 10, 2021.

Aula 4: Mecanismos de RelGov e Cenários Futuros

Objetivos Específicos:

Sistematizar os mecanismos de influência (agenda-setting, decisão, implementação e feedback) e discutir o futuro da profissão de RelGov na interface internacional..

Conteúdo Programático:

- Mecanismos de influência: Participação procedimental vs. influência substantiva [15] [10].
- Efeitos de Feedback: Crises reputacionais e realinhamento de coalizões [2].
- Tendências: Transição energética, economia digital e o “Não-Alinhamento Ativo” [14] [7].
- O futuro de RelGov: Profissionalização do advocacy internacional e gestão de riscos geopolíticos.

Sugestões de Leitura:

- **Básica:**

[15] VIEIRA, V. When procedural legitimacy equals nothing: Civil society and foreign trade policy in Brazil and Mexico. *Contexto internacional*, v. 38, 2016.

- **Complementar:**

[14] TASQUETTO, Lucas Da Silva et al. O Brasil em meio à corrida regulatória pela governança da economia digital. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 13, n. 3, 2023.

[10] MESQUITA, L.; LOPES, D. Does participation generate democratization? Analysis of social participation by institutional means in Argentine, Brazilian and Uruguayan foreign policies. *Journal of Civil Society*, v. 14, n. 3, 2018.

[2] AMORIM, B. E. et al. Brazil's foreign policy, the environmental agenda, and the agribusiness storylines. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 2, 2023.

[7] FALEIRO, A. Lula 3.0: foreign policy reconstruction and Brazil's return to the world. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 68, n. 1, 2025.

8. Bibliografia

[1] ALVES, E. et al. Do non-state actors influence climate change policy? Evidence from the Brazilian nationally determined contributions for COP21. *Journal of Politics in Latin America*, v. 14, n. 1, 2022.

[2] AMORIM, B. E. et al. Brazil's foreign policy, the environmental agenda, and the agribusiness storylines. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 2, 2023.

[3] CARDOSO, D. Network governance and the making of Brazil's foreign policy towards China in the 21st century. *Contexto Internacional*, v. 38, 2016.

[4] CARDOSO, D. From centralisation to fragmentation and back again: the role of non-state actors in Brazil's transformed foreign policy. *Third World Quarterly*, v. 40, n. 10, 2019.

[5] CARVALHO, M. Condicionantes internacionais e domésticos: o Brasil e o G-20 nas negociações agrícolas da Rodada Doha. *Dados*, v. 53, n. 2, 2010.

[6] DEL PUPO, E. Trade, sustainability, and agribusiness: Brazilian interest groups in EU-Mercosur negotiations. *Globalizations*, v. 22, n. 6, 1123, 2025.

[7] FALEIRO, A. Lula 3.0: foreign policy reconstruction and Brazil's return to the world. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 68, n. 1, 2025.

[8] GONÇALVES, F. C. I. et al. Representing Agribusiness Interests in Brazilian Foreign Policy: The Role of the Parliamentary Agricultural Front (FPA) Between 2015 and 2022. *Brazilian Political Science Review*, v. 19, 2025.

[9] MAITINO, M. Issue Area and Pluralization In Brazilian Foreign Policy: an Exploratory Study of Decision Making Processes in the Fernando Henrique Cardoso Government. *Dados*, v. 67, n. 4, 2023.

[10] MESQUITA, L.; LOPES, D. Does participation generate democratization? Analysis of social participation by institutional means in Argentina, Brazilian and Uruguayan foreign policies. *Journal of Civil Society*, v. 14, n. 3, 2018.

[11] SIEBENEICHLER, A. O latifúndio como formulador de política externa e o desmonte de políticas ambientais. *Revista Neiva*, v. 10, 2021.

[12] SILVA, R. O papel das coalizões de defesa da agricultura nas agendas da política comercial externa brasileira. *Encuentro Latinoamericano ELA*, 2016.

[13] SØNDERGAARD, N.; SILVA, R. Reshaping the policy arena: how the agro-

export policy network propelled Brazil within global agricultural governance. *World Trade Review*, v. 19, n. 4, 2020.

[14] TASQUETTO, L. S. et al. O Brasil em meio à corrida regulatória pela governança da economia digital. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 13, n. 3, 2023.

[15] VIEIRA, V. When procedural legitimacy equals nothing: Civil society and foreign trade policy in Brazil and Mexico. *Contexto internacional*, v. 38, 2016.

9. Regras Para Certificação

Para receber o certificado de participação, o(a) inscrito(a) deverá cumprir os seguintes requisitos: • Participar ao vivo de pelo menos um (1) dos dois encontros programados; • Ter a presença registrada por meio da lista de entrada na sala virtual durante o período da aula; • Em caso de ausência em um dos encontros, assistir integralmente à gravação correspondente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o término do curso; • O acesso às gravações será disponibilizado exclusivamente aos participantes inscritos e por tempo determinado; e • O cumprimento dos critérios acima será condição obrigatória para a certificação.

Prazos e envios de Certificados

Os certificados serão emitidos e enviados em até 20 (vinte) dias úteis após a conclusão do curso e a verificação da participação conforme os critérios estabelecidos

Casos excepcionais

Situações imprevistas (como problemas técnicos ou de saúde) devem ser comunicadas à equipe do IRELGOV por e-mail no prazo máximo de 48 horas após o ocorrido. Esses casos serão analisados individualmente quanto à possibilidade de certificação.

10. Confirmação de Turmas e Reembolso

A realização dos cursos do IRELGOV está condicionada à formação de turma com número mínimo de participantes, conforme definido pela organização.

Caso o número mínimo não seja alcançado, o IRELGOV se compromete a informar os inscritos com antecedência e a reembolsar integralmente os valores pagos, exceto eventuais taxas administrativas cobradas por plataformas de pagamento, que são de responsabilidade do usuário e não são retidas pelo Instituto.